

Sarney não veta a lei eleitoral

O Palácio do Planalto considera inconstitucional a limitação do prazo para divulgação de pesquisas pré-eleitorais nos 30 dias anteriores ao primeiro turno do pleito e nos dez dias antes do segundo turno determinada na Câmara dos Deputados na Lei Eleitoral. Mas o Presidente não pretende usar o seu poder de veto para alterar o projeto aprovado pelos parlamentares. O entendimento de Sarney, segundo seus assessores, é que o caso deva ser solucionado entre o Legislativo e Judiciário, antes mesmo de ser submetido à sanção presidencial.

Qualquer veto à Lei Eleitoral submeteria o Presidente, que quer se manter afastado do processo sucessório, a um desgaste desnecessário, explicam seus auxiliares. Para evitar que Sarney subscreva um dispositivo inconstitucional, o Governo vai estimular e subsidiar a iniciativa de parlamentares ligados ao Palácio do Planalto na defesa imediata da liberalização das pesquisas através do Judiciário.

Na noite de anteontem, logo de-

pois da aprovação do projeto de lei eleitoral na Câmara dos Deputados, o presidente transmitiu essa orientação ao senador Edison Lobão, que se comprometeu a articular, no Congresso, a derrubada do dispositivo através de recurso de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal.

Neutralidade

José Lins, vice-líder do PFL e muito ligado ao Governo, tem quase a certeza de que o Presidente se manterá neutro nessa questão. Segundo ele, Sarney não teria interesse no veto. O líder do PDT, Vivaldo Barbosa (RJ), um dos defensores da limitação das pesquisas, também não acredita que o Presidente possa impor veto à matéria. Na Câmara dos deputados, houve amplo acordo para que fosse restringida a divulgação da situação eleitoral dos candidatos nos últimos dias da campanha, como lembra José Lins.

Aparentemente, essa limitação agradou a interesses contraditórios entre as lideranças, embora o

Senado, também por amplo acordo, tenha decidido o contrário. Partidos grandes, como PMDB e PFL, argumentam que as pesquisas podem ser manipuladas, mas, na verdade, temem que aconteça este ano o mesmo que ocorreu no ano passado em São Paulo, quando Paulo Maluf liderava as consultas de opinião pública desde o início. Entretanto, nos últimos dias as previsões mudaram e deu Luiza Erundina.

Pequenos partidos como PDT, PT e PCB acham que as pesquisas podem vir a ser manipuladas em favor dos candidatos com maior poder econômico. O deputado João Hermmann, do PSB, que é a favor da divulgação das pesquisas até o último dia do pleito, acredita que a limitação só pode favorecer aos que têm máquina partidária — PMDB e PFL —, que se aproveitariam da situação para mobilizar militantes na campanha dos seus candidatos, ainda fracos nas pesquisas. Segundo Hermmann, no interior isso vale muito.